

SUSTENTABILIDADE

# Nova energia do açaí

Projeto substitui combustível fóssil por caroço da fruta em caldeiras e gera renda

» RAFAELA GONÇALVES

**B**elém - A Solar Coca-Cola, engarrafadora com unidade em Belém, implementou projeto pioneiro que substitui combustíveis fósseis por caroço de açaí para alimentar suas caldeiras. A iniciativa alia inovação, eficiência energética e responsabilidade ambiental, e cria oportunidades econômicas para comunidades locais.

“O projeto nasceu de um desafio de engenharia para substituir o modelo anterior de biomassa. Hoje, conseguimos operar uma planta

estável, funcionando 21 horas por dia”, explicou a coordenadora de Sistema de Gestão Integrada (SGI) da Solar, Luene Rossi.

O consumo intenso do açaí no Pará gera grande quantidade de resíduo, o caroço, que, muitas vezes, é descartado erroneamente. Hoje, eles alimentam as caldeiras usadas na higienização de garrafas retornáveis, Rossi ressalta ainda o impacto social do projeto: “As pessoas entenderam que o caroço de açaí pode ser coletado e vendido, criando oportunidades”. As cinzas da queima também

são usadas na construção civil, evitando desperdício e ampliando os benefícios econômicos. Mais de 10 mil toneladas de caroço já foram incorporadas ao processo produtivo da Solar. A expectativa é ampliar ainda mais a parceria com coletores e cooperativas locais.

Para Rossi, a experiência com o caroço de açaí, uma biomassa típica da região, se tornou referência no setor e foi compartilhada com outras companhias.

**\*A jornalista viajou a convite da Coca-Cola**

Rafaela Gonçalves/CB/D.A. Press



**Caroços de açaí movem caldeiras em engarrafadora da Coca-Cola**

**Brasil S/A**

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## Obrigação, não favor

Ao fim de outro mandato de quatro anos do governo e do Congresso, assistir o governo e a oposição unidos na correção da tabela do Imposto de Renda (IR) que estava há uma década defasada, quando deveria acontecer automaticamente a cada ano com base na inflação anual, é a manifestação mais eloquente da carência institucional da nação.

Precisou o presidente de turno e candidato à reeleição estar com a popularidade em baixa para os ocupantes do Palácio do Planalto correrem esbaforidos em busca de atrativos eleitorais, enquanto a oposição seguia entredida — despreocupada e alheia ao seu eleitor — com os assuntos mundanos da política que só a ela diz respeito.

A parcela da oposição mais ruidosa, embora minoritária, estava, e assim continua, distraída com manobras espúrias para tentar livrar Jair Bolsonaro da punição pelo seu golpismo. Já a porção esta sim majoritária no eleitorado seguia enredada no drama shakespeariano de ser ou não ser representante de seu eleitorado ou base alugada, à revelia de acordo programático, do presidente da vez.

Nenhum destes senhores do governo e oposição desculpou-se a seus constituintes pela falta da correção da renda sujeita à tributação pelo IR a cada elaboração da Lei Orçamentária Anual, a LOA. Cabe ao Executivo propô-la ao Congresso, que pode ou não a modificar no todo ou em parte, além de fiscalizar a sua execução. A última vez em que as faixas de renda foram corrigidas se deu há dez anos.

Deixar a tabela do IR sem correção é o expediente dos governantes e parlamentares para confiscar (esse é o verbo apropriado para descrever esta decisão). Curioso é que isso acontece só em prejuízo do eleitor-contribuinte, já que, para “fazer” receita, o valor venal de bens como imóveis, por exemplo, é corrigido como base para o cálculo do IPTU. Ao menos se fez o certo desta vez.

Mas que ninguém se anime. Na votação do projeto, foi excluída uma emenda que mandava a correção das faixas de renda ser automática a partir de 2026. Autor da emenda, o Partido Novo perdeu a votação em respeito ao regimento da Câmara. O que o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), supostamente de oposição, cumpriu mas sem que fosse por votação nominal. Se o fizesse, ela seria aprovada.

### De reforma ampla a puxadinho

A quem servem estes senhores em tese representantes da população? Esta é uma pergunta que o ritual da política recomenda não fazer, e os tais cientistas políticos e a imprensa raramente a fazem.

O roteiro da chamada reforma tributária estava escrito nos anais do Congresso desde o governo Temer mais como ação parlamentar que do Executivo. Começou com a reforma do consumo, a partir da qual se criou o Imposto sobre o Valor Agregado, IVA, e seguiria, tal como aprovado na PEC da CBS (o IVA federal) e do IBS (de estados e municípios), com a revisão da tributação da renda e do patrimônio.

Uma reforma abrangente, do ICMS ao IR, do ISS ao IPTU, já estava formulada por um *think tank*, por iniciativa da pasta da Fazenda do primeiro governo Lula. A crise do Mensalão fez o presidente achar que as condições políticas inviabilizavam a discussão à época.

Foi retomada em 2016, fatiada a parte do consumo, com coordenação do economista Bernard Appy, ex-secretário da Fazenda, apoio de um grupo de empresas e aprovada no ano passado como emenda à Carta.

O que se esperava, conforme o compromisso aprovado nessa PEC, era uma proposta de reforma ampla tanto da renda das pessoas físicas e jurídicas quanto do patrimônio. E já havia um vetor nesta direção: voltar a tributar a distribuição do lucro, chamado de dividendo, e em contrapartida reduzir a alíquota sobre as empresas, que entre o IR corporativo e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) chega a 34%, das mais altas do mundo. Nos EUA, o IR é de 21%.

Pode-se argumentar que a taxa efetiva é menor, da ordem de 20% no Brasil, mas por causa de incentivos vulgo “gasto tributário” que o governo vem podando, com aval do Congresso. É exceção, não regra.

### A política do faz de conta

O fato é que a economia não suporta mais decisões casuísticas, do tipo de crédito consignado (em vez de enfrentar as causas da taxa de juro exorbitante vigente há décadas no país). Ou de medidas no modelo conta-gotas, com a correção das faixas de renda do IRPF, compensada com o aumento de até 10% dos dividendos distribuídos a pessoas físicas com renda acima de R\$ 50 mil/mês.

Vai-se tributar parcialmente o lucro distribuído, e ainda assim a lista de abatimentos da base tributável é expressiva, para não ter que mexer no IR+CSLL de bancos e empresas tributadas pelo regime de apuração do lucro real. Ou seja: mais improvável que um dia terá de ser enfrentado. Isso, se quisermos ter indústrias competitivas, o que já está difícil mesmo com os subsídios de toda ordem.

No fim, ficamos assim: um lado finge que faz política econômica, que foi terceirizada para a Receita Federal, como diz o economista André Lara Resende, e o Congresso finge que não cria caso contra o interesse maior da sociedade. E tudo é empurrado para a frente.

Com as campanhas com vistas às eleições gerais em outubro de 2026 já na rua, os partidos que pretendam ser reconhecidos como olhos e braços da sociedade deveriam estar discutindo o que o país precisa para sair do atraso que nos reduz há mais de 40 anos, levando-nos à rabeira das nações com geografia e população continentais.

### Como estamos indo para 2026

Um programa de governo, com coesão política para ser implantado sem interrupções, deve ter como meta maior a inserção da produção de bens e serviços no patamar das transformações tecnológicas já dominantes, além de priorizar a autonomia de renda da população assistida pelas políticas sociais. Estamos longe disso.

Isso começa pelo exemplo da gestão do Estado, que está cada vez mais de costas para os que o sustentam, sobretudo o Judiciário.

Os governantes sem mínima formação ou experiência em gestão da coisa pública, que difere da gestão privada menos vocacionada para o bem coletivo, já não servem como antes. Os governos de formação tecnocrática têm viés autoritário, indiferentes à opinião pública, e de índole democrática, sem um programa balizador de seu mandato, tendem a ser sugados pela pressão social e dos adversários, vindo a apegar-se a medidas eleitoreiras. Estamos indo assim para 2026.

A título de provocação, as metas de um plano para 2027 em diante poderiam ter, entre suas diretrizes, a redução da carga tributária total, da ordem de 33% do PIB, à base de 0,5 a 1 ponto percentual ao ano. E isso condicionado a uma mudança profunda da governança e dos processos administrativos do setor público. Tem muito gasto já dispensável, especialmente pela falta de contrapartida social.

Não é bem a inflação do consumo e do produtor o dado relevante a tratar, mas o nível relativo dos preços, que subiu demais. Tudo é caro. Por não inverter tal questão, o Partido Democrata, nos EUA, foi varrido por Trump. Mas ok, por ora: palmas à correção do IR!

TAL CB  
KS TALKS

## CONTROLES SOBRE O USO DE MERCÚRIO E O FUTURO DA EXTRAÇÃO DE OURO NO BRASIL

Apesar de já ter sido eliminado em diversos setores e produtos devido à sua alta toxicidade, o mercúrio continua sendo amplamente empregado na extração de ouro.

Para entender os impactos sobre o meio ambiente e sobre a saúde de milhares de pessoas, o **Correio Braziliense** e o **Instituto Escolhas** promovem o evento **"Controles sobre o uso de mercúrio e o futuro da extração de ouro no Brasil"**.

### MEDIADORES



**Carlos Alexandre de Souza**  
editor de Política, Economia e Brasil do Correio Braziliense



**Adriana Bernardes**  
coordenadora de Produção do Correio Braziliense

### CONVIDADOS



**Sérgio Leitão**  
diretor-executivo do Instituto Escolhas



**Larissa Rodrigues**  
diretora do Instituto Escolhas



**Eloy Terena**  
secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas (MPI)



**Elena Crespo**  
professora titular da Universidade Federal do Pará e coordenadora do Instituto Amazônico do Mercúrio



**Humberto Freire**  
diretor da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal (DAMAZ/PF)



**Giorgio de Tomi**  
professor titular da Escola Politécnica da USP e coordenador Técnico do Projeto Ouro Sem Mercúrio



**Miguel Castro**  
Ponto Focal Regional para LATAM e Caribe do Centro CER da OCDE



**Thainne Resende**  
diretora do Departamento de Qualidade Ambiental do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)



**Eduardo Gama**  
diretor de Operações no Certimine



**Julevânia Olegário**  
diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração (DDSM) do Ministério de Minas e Energia (MME)



**Nilto Tatto**  
ambientalista e deputado federal



**Gilson Camboim**  
presidente na Federação das Cooperativas de Mineração do Estado de Mato Grosso (FECOMIN)



**Jair Schmitt**  
diretor da Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama (Dipro)

**07.OUT**  
A PARTIR DAS 08H30  
auditório do Correio Braziliense



**LEIA O QR CODE**  
e faça a sua inscrição para acompanhar o evento

Apoio: INSTITUTO ESCOLHAS

Realização: CORREIO BRAZILIENSE CB Brands